

Guia Completo para se Preparar para um Divórcio

Segundo o IBGE, o número de divórcios aumentou **75% em cinco anos** e, em 2020, houve um aumento de 260% com relação à média de meses anteriores. Se você já tomou essa decisão, este guia gratuito é para você – conheça seus direitos, entenda os passos necessários e tome decisões mais seguras e acertadas.

DIREITO DE FAMÍLIA

MAÍSA LEMOS – OAB/GO 21.037

Separação ou Divórcio?

Separação

O casal deixa de viver junto sem formalizar juridicamente. Põe fim aos direitos e deveres do casamento, mas **não encerra o vínculo jurídico** — os envolvidos não podem se casar novamente enquanto não estiverem divorciados.

A partir da separação de fato, encerra-se o regime de bens. Bens adquiridos após esse momento não precisam ser partilhados.

Divórcio

O divórcio encerra definitivamente o vínculo jurídico do casamento, permitindo que ambas as partes se casem novamente. É o único instrumento que torna permanentes os efeitos da separação.

Muitas pessoas não sabem que se tratam de institutos diferentes — entender essa distinção é o primeiro passo para tomar decisões conscientes.

Tipos de Divórcio

Divórcio Consensual

O modelo mais **rápido, fácil e barato**. Pode ser feito extrajudicialmente (em cartório), caso não haja filhos menores ou incapazes. Se houver filhos, será necessária ação judicial – salvo em estados que permitem o cartório com questões de guarda já resolvidas separadamente.



Divórcio Litigioso

Ocorre quando há **conflito entre as partes** em algum ponto: partilha de bens, guarda, convivência ou pensão alimentícia. Tramita obrigatoriamente por ação judicial, é mais demorado e geralmente mais custoso – mas é possível chegar a um acordo no decorrer do processo.

Por Onde Começar?

ESTRATÉGIA

Mesmo que a decisão pelo divórcio tenha vindo de uma situação de estresse, a sua condução não precisa ser uma guerra. Com a mediação de advogados especializados, é possível ter uma separação amigável. Quanto mais clareza você tiver sobre seus direitos e deveres, mais fácil será o processo.

01

Aja estrategicamente

Mesmo em divórcios consensuais, a lei exige a presença de um advogado. Para mulheres, é fundamental ter o seu próprio advogado de confiança – não o mesmo do ex-marido.

03

Organize-se financeiramente

Tenha ciência de todos os gastos e dívidas. Desfaça os vínculos bancários compartilhados para garantir privacidade e segurança financeira nesse novo momento.

02

Colete documentos

Certidão de casamento, RG, CPF, certidão de nascimento dos filhos, comprovantes de renda, documentos de veículos, escrituras de imóveis, contratos sociais e financiamentos.

04

Procure um advogado de família

Escolha um profissional especializado em Direito de Família, com profundo conhecimento do seu caso. Realize consultas prévias para alinhar todas as informações.

Divorciar Custa Caro?

O custo de um divórcio depende de vários fatores: se será judicial ou extrajudicial, se há menores envolvidos, e a situação dos bens a partilhar. **Cada caso é único** e deve ser avaliado com um profissional.

Honorários

Definidos conforme o trabalho necessário e a especialização do advogado.

Custas Judiciais

O Poder Judiciário cobra custas iniciais, que podem ser dispensadas em casos de carência financeira.

Impostos

Na partilha de bens, pode haver incidência de impostos dependendo da forma como se dará.

Defensoria Pública

Quem não pode arcar com os custos de um advogado pode procurar a Defensoria Pública da sua cidade.

Como Deve Ser a Partilha de Bens?

No Brasil, o regime de bens é decidido antes do casamento e consta na certidão de casamento. Ele define como o patrimônio será dividido em caso de divórcio.



- Dica prática:** Se você não sabe qual é o seu regime, consulte a certidão de casamento – nela constará qual o regime escolhido por vocês.

E os Filhos?

O bem-estar das crianças é sempre a prioridade – tanto para os profissionais de Direito de Família quanto para o Judiciário e o Ministério Público. Um divórcio nunca é uma experiência feliz para os filhos, mas não precisa ser traumatizante.

→ Priorize o bem-estar
Se ficar evidenciado que a única preocupação de um dos cônjuges é com seu próprio bem-estar, sua convivência com os filhos poderá ser prejudicada.

→ Respeite os papéis
O pai continuará sendo o pai e a mãe continuará sendo a mãe, independentemente do fim do relacionamento. Saiba respeitar o papel de cada um na vida dos filhos.

→ Busque apoio profissional
Crianças precisam se sentir amadas. Sempre que possível, busque ajuda de um psicólogo para lidar com as questões emocionais – nem sempre conseguimos sozinhos.

Guarda dos Filhos

Guarda está ligada aos **cuidados e decisões** tomadas na vida dos filhos – estudos, saúde, cursos, religião – e não ao tempo de convívio, como muitos acreditam.

Guarda Compartilhada

Priorizada desde 2014. A guarda é do pai e da mãe ao mesmo tempo, implicando divisão de responsabilidades.

Não significa necessariamente dividir o tempo ao meio.

Atenção: em casos com histórico de violência doméstica, a guarda compartilhada pode ser instrumento de perpetuação da violência.

Guarda Unilateral

Somente um dos cônjuges é responsável pelas decisões da criança. Apesar de não ser a regra atual, é fundamental nos casos em que há **histórico de violência** contra a mãe ou a criança. Se o casal não entra em acordo, o juiz decidirá sempre pensando no bem-estar do menor.

Pensão Alimentícia para os Filhos

A pensão alimentícia vai muito além da comida – inclui saúde, educação, transporte, moradia, roupas e lazer. A responsabilidade pelas despesas é dividida entre ambos, **proporcionalmente à renda de cada um**. A guarda compartilhada não exige o pagamento de pensão.

Formalize sempre

Jamais faça acordo verbal. A pensão deve ser formalizada perante o juiz para que possa ser cobrada judicialmente em caso de inadimplência.

Critérios do juiz

O juiz analisa a **necessidade da criança** (saúde, bem-estar, desenvolvimento) e a **possibilidade de quem paga** (renda, outros filhos, padrão de vida).

Sem valor padrão

Não existe valor fixo. A criança deve ter um padrão de vida condizente com a realidade dos pais – não é justo que viva muito abaixo do padrão do pai ou de outros irmãos.

Pensão Alimentícia para o Cônjuge

Se ficar comprovado que o cônjuge vivia sob **dependência econômica** do outro, poderá ser estipulada uma pensão alimentícia.

- Se a pessoa tem condições de voltar ao mercado de trabalho, a pensão será **provisória**
- Caso não possa trabalhar, poderá ser pleiteada de forma **definitiva**

Em ambos os casos, é fundamental a orientação de um advogado especializado para avaliar as circunstâncias específicas e garantir uma decisão justa.

Lembre-se

Todas as decisões devem ser formalizadas. Acordos verbais geram insegurança jurídica e podem causar muito mais dor de cabeça no futuro.

Outras Questões Importantes

PERGUNTAS FREQUENTES



Divórcio pode ser virtual?

Sim. Pela Resolução 110/2020 do CNJ, é possível fazer divórcio em cartório de modo virtual. Ações judiciais também tramitam eletronicamente e audiências podem ser por videoconferência.



Quero que ele saia de casa

A **separação de corpos** é uma medida judicial de urgência que visa afastar uma das partes do convívio familiar. Deve ser seguida de um pedido de divórcio, pois seus efeitos são temporários.



E se o ex se recusa a divorciar?

Mesmo sem o consentimento da outra parte, é possível iniciar o processo de divórcio. Nesse caso, será obrigatoriamente litigioso – mais demorado, mas é a ferramenta disponível, especialmente em relacionamentos abusivos.



Posso manter o sobrenome?

Sim, mas é necessário expor o motivo. Muitas mulheres mantêm o sobrenome por razões profissionais – e sobre isso o ex-marido não tem controle.

Abandono de Lar: Mito ou Realidade?

Existe um mito muito grande sobre abandono de lar – frequentemente usado para manter cônjuges em relacionamentos fracassados. **Não caracteriza abandono de lar** quando o casal decide se separar e um deles sai de casa, ou quando alguém sai para evitar conflitos e agressões.

- ☐ **Atenção – Lei 12.424/2011:** Se o cônjuge que saiu de casa ficar mais de 2 anos ininterruptos sem dar notícias ou requerer seus direitos, a outra parte pode pedir o **Usucapião Doméstico/Familiar** para imóveis de até 250m². Se você saiu de casa, procure um advogado para regularizar a situação e proteger seus bens.

Gratuidade no Processo

Isenção de Custas

De acordo com o Código de Processo Civil, a parte que demonstrar não ter condições financeiras para arcar com as custas judiciais pode requerer a isenção do pagamento mediante preenchimento de uma declaração. O juiz decidirá se concede ou não.

Defensoria Pública

Quem não pode arcar com os honorários de um advogado particular pode procurar a **Defensoria Pública** da sua cidade, que oferece assistência jurídica gratuita para quem comprova hipossuficiência financeira.

Conclusão

Em se tratando de divórcio, não existe um caminho certo ou errado. Existe aquele que se adequa melhor à realidade de cada casal.

O importante é estar certo da decisão e bem orientado por profissionais que entendam o momento delicado pelo qual você está passando. O assunto é doloroso e traz um turbilhão de emoções — mas este guia foi criado para trazer um pouco de luz sobre o tema.

Enquanto o processo não finaliza, cuide da sua saúde emocional e física. **Este momento irá passar**, e uma nova fase virá cheia de conquistas e realizações!



Fale com a Maísa Lemos

ADVOGADA DE FAMÍLIA

OAB/GO 21.037



E-mail

maisa@maisalemos.com.br



Telefone

(62) 3300-0799



Endereço

Av. T2, 471, Sala 513, Ed. Focus Business Center,
Setor Bueno, Goiânia/GO



Instagram

[@maisalemos](https://www.instagram.com/maisalemos)

Siga nossas redes sociais e visite o site para mais informações: www.maisalemos.com.br

 Fale pelo WhatsApp